



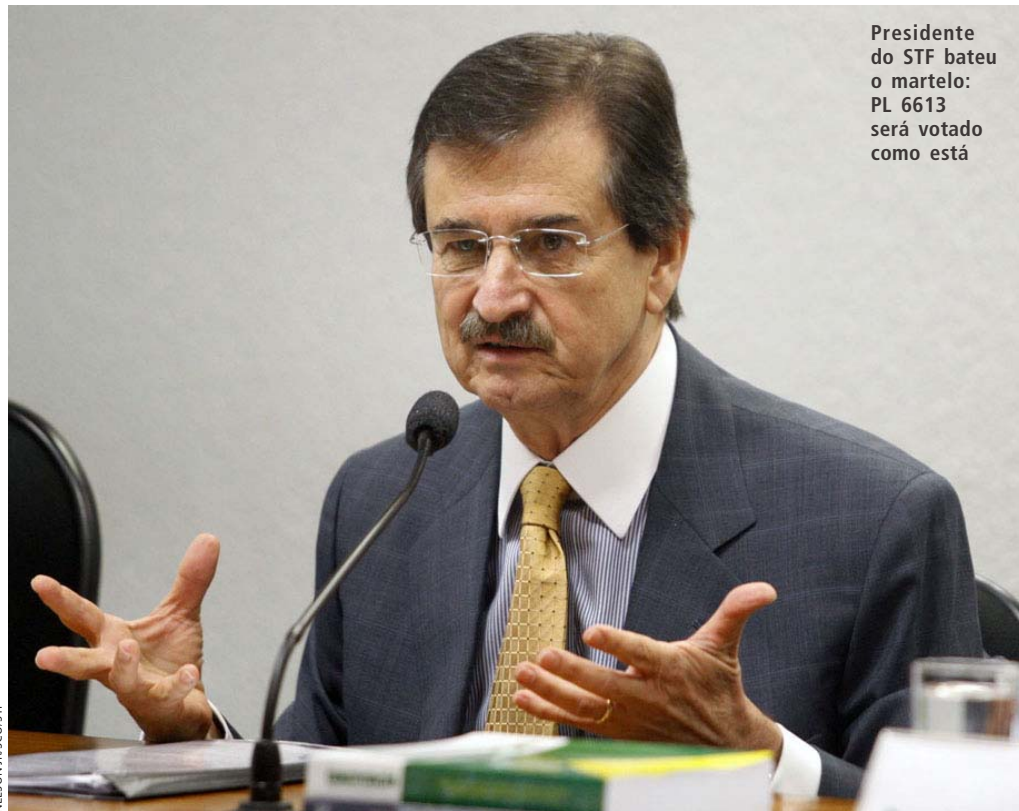
PCCR está definido

Peluso garante: PL 6613 será votado após as eleições; conteúdo permanecerá como está; reajuste dos servidores sairá em quatro parcelas semestrais. E o mais importante: recursos já estão na previsão orçamentária do Judiciário

Agora fechou. Depois de muita pressão e mobilização, com mais de 40 dias de greve, o Judiciário finalmente bateu o martelo em relação ao reajuste. A decisão foi anunciada nesta quinta (22/7) em reunião entre a Fenajufe e o STF. O ministro Cezar Peluso, presidente do Supremo, informou que a previsão orçamentária para o PCCR foi encaminhada à Secretária de Orçamento e Finanças (SOF) do Ministério do Planejamento no dia 20 de julho.

Além de Cezar Peluso, também estavam presentes o juiz auxiliar da Presidência do STF, Fernando Florindo Marcondes, o diretor geral, Alcides Diniz, o diretor de Recursos Humanos Amarildo Vieira de Oliveira e o secretário de Comunicação Social Pedro Bel Pichaia. Os representantes da Fenajufe foram Antônio Melquias (Melqui), Cleo Vieira e Roberto Policarpo (diretor licenciado) ouviram a versão oficial do Judiciário sobre o acordo orçamentário capaz de garantir a aprovação e a implementação do novo PCS.

Eles ouviram do ministro Cezar Peluso que o PL 6613 está tramitando dentro do combinado e que o pro-



Presidente do STF bateu o martelo: PL 6613 será votado como está

jeto será votado depois das eleições. Peluso foi extremamente objetivo e garantiu que o projeto será votado da forma como está.

“A reunião com o presidente do STF foi positiva, porque finalmente vimos a atitude pela qual batalhamos tanto nos últimos meses e também

porque tivemos a confirmação de que os custos do PL já estão na previsão orçamentária do Judiciário”, afirmou Cleo Oliveira, coordenador da Fenajufe e do Sindjus. “Mas é claro que ficaremos atentos para garantir que o PL 6613 seja finalmente aprovado no Congresso”, completou.

Supremo determina que tribunais incluam previsão de recursos para o reajuste salarial no orçamento do próximo ano e mostra que o PCCR finalmente vai sair

Agora sim

O presidente do STF, Cezar Peluso, foi claro e objetivo ao explicitar o compromisso do Poder Judiciário em assegurar a votação do PL 6613 logo após as eleições. Não se trata mais de uma promessa, mas de uma garantia de que o Supremo fechará acordo para aprovar o projeto – conforme ficou patente na reunião de quinta (dia 22) com a Fenajufe. Presente no encontro, o diretor de Recursos Humanos do STF, Amarildo Vieira de Oliveira, enviou no dia seguinte (23) um comunicado a todos os tribunais com a orientação de que incluam no próximo orçamento a previsão de recursos para implementar o reajuste

salarial previsto no PCCR. Este foi o mais concreto sinal de que finalmente o Judiciário fechou questão em torno do novo plano.

Não se trata de um presente; esta é uma conquista dos servidores. O PCCR nasceu de três anos de muita discussão, debates, mobilizações e luta. Sem isto, o projeto não sairia do papel. A revista do Sindjus traz, na edição de junho/julho, uma linha do tempo com todos os detalhes dessa história, desde agosto de 2008, quando começaram os primeiros debates em torno do novo plano de carreira.

Veja em www.sindjusdf.org.br

